



Governo incha máquina pública; contribuinte paga a conta

Síntese: *O governo Lula tem sido marcado pela criação indiscriminada de cargos públicos. As funções comissionadas, usadas como moeda de troca nas negociações políticas, já cresceram mais de 20%. Os gastos com pessoal são explosivos: a cada ponto de aumento no PIB, eles avançam 1,5 ponto percentual. Apenas com o pagamento dos 927 mil servidores do Executivo torra-se R\$ 87 bilhões por ano; o Bolsa Família gasta um décimo disso para atender 11 milhões de famílias. A conta de tamanha ganância vem sendo paga pelos contribuintes: a carga tributária cresceu 12% até maio e já leva 146 dias de salário do trabalhador por ano.*

Nos últimos dias o governo Lula deu mostras de que pouco ou nada aprendeu com o escândalo do mensalão e o esquema de loteamento de cargos públicos que ele alimentava. A sanha com que o partido do presidente avança sobre o patrimônio público parece não ter fim, a julgar por duas medidas anunciadas em meados de junho: a criação de 660 novos cargos de confiança e a concessão de aumentos de até 140% para assessores e ocupantes de funções comissionadas. São pessoas que, em boa parte, não precisam submeter-se aos dissabores de concursos públicos – basta que sejam amigos do rei. Criando ou engordando as “boquinhos”, o PT achou um jeito de abrigar com mais facilidade os apaniguados da ampla frente partidária que lhe dá sustentação.

Inchar a máquina pública é uma atitude que o PT costuma adotar na maior parte de suas experiências administrativas. No governo federal não foi diferente: segundo o Ministério do Planejamento, com a nova fornada passarão a existir 22.223 cargos comissionados, número que cresceu 21% desde 2002. Nesse universo, nada menos que 4.919 cargos são de natureza eminentemente política, ou seja, o gestor tem plena liberdade para preenchê-los, sem obedecer a quaisquer critérios de qualificação ou desempenho. Em países como Inglaterra e França, funções comissionadas se contam a centenas e não em milhares, e mesmo nos Estados Unidos elas não passam de 4.500.

Os novos reajustes e as vagas abertas pela medida provisória nº 377 custarão mais meio bilhão de reais ao contribuinte por ano. Para comparar: é mais que os ministérios de Minas e Energia, Previdência, Trabalho, Cultura, Meio Ambiente, Combate à Fome e Agricultura investiram, juntos, em 2006. O tamanho da farra, porém, é muito maior. Apenas com os salários dos comissionados, os gastos do governo federal já somam R\$ 9,3 bilhões ao ano, um crescimento real, ou seja, acima da inflação, de 63% em relação ao verificado em 2002. Na Presidência da República, onde se aboletam 4.875 servidores e 2.971 comissionados, os gastos mais que dobraram em quatro anos, após terem caído nada menos que 38% entre 1998 e 2002.

Mais cargos, mais dízimo

O pacote em dois atos anunciado pelo governo Lula em junho é o segundo do tipo na atual gestão. Ainda em janeiro de 2004, haviam sido criados 1.321 cargos comissionados, também por medida provisória. Trata-se de mais um

lance da ocupação da máquina pública pelo aparelho do PT. Sabe-se que, quando isso acontece, o partido ganha duas vezes: indiretamente incrusta na administração petistas que privilegiam os interesses partidários; diretamente, acresce a suas receitas quinhão maior advindo dos "dízimos" cobrados dos filiados – em percentuais que variam de 2% a 10% dos salários.

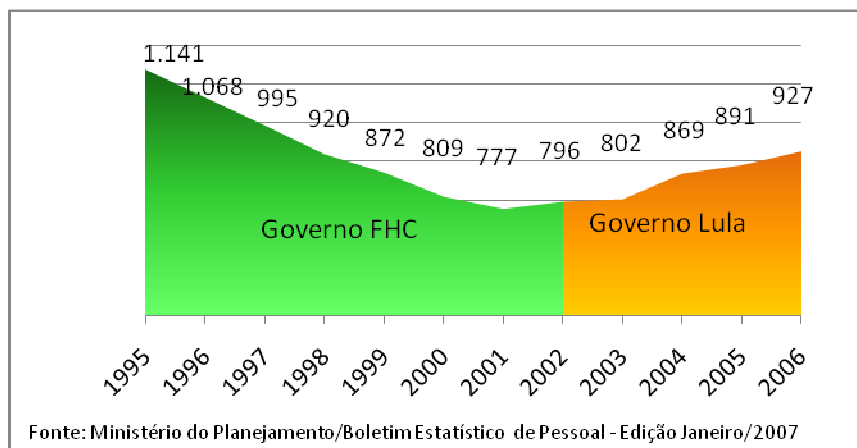
Numa conta conservadora, calcula-se que existam hoje 5 mil petistas ocupando cargos de confiança no Executivo federal. Estima-se que as bondades que o governo acaba de conceder a seus assessores irrigarão as contas do PT em mais meio milhão de reais por ano. Em 2006, com o pagamento do "dízimo", os filiados deixaram R\$ 2,88 milhões nos cofres do partido. Isso representa crescimento de 545% acima da inflação em comparação com o arrecadado em 2002, quando o PT ainda estava na oposição. Ou seja, aparelhar a máquina tem se mostrado um lucrativo negócio para o partido de Lula.

Expansão disseminada

Embora a sociedade cobre mais eficiência e prestação de melhores serviços a custos mais baixos, não é isso o que o governo Lula vem praticando. A tônica da atual gestão tem sido fazer menos com mais. A máquina estatal havia passado por uma racionalização profunda na gestão do PSDB. Desde o início do primeiro governo FHC, o total de servidores do Executivo e das empresas estatais fora reduzido em 34,5%, para 796 mil. Isso representou redução de 420 mil cargos, com significativa economia para os cofres públicos.

Com Lula deu-se o inverso. Desde 2003, o número de empregados no Executivo e nas estatais já cresceu 16,5%, para 927 mil – em números de dezembro de 2006, os últimos divulgados pelo Ministério do Planejamento. Isso representou contratação de 131 mil novas pessoas. Efeito direto das admissões é que a despesa total do Executivo com pessoal pulou de R\$ 59,5 bilhões (em valores correntes) em 2002 para R\$ 87,3 bilhões no ano passado. Vale dizer que o Bolsa Família gasta um décimo disso para atender 11 milhões de famílias.

Servidores públicos federais civis ativos do Poder Executivo e empregados das estatais (em mil)



Gastança cresce mais que o PIB

O crescimento nas despesas correntes e com pessoal tem sido, aliás, um dos motivos de preocupação de analistas em relação à frouxa gestão fiscal do governo Lula. A alta constante das receitas com tributos acaba por encobrir a expansão da gastança que se mantém robusta há meses. Segundo o Tesouro Nacional, no primeiro quadrimestre deste ano, os dispêndios com pessoal e

custeio subiram 12,3%, enquanto o PIB cresceu estimados 8,4% em termos nominais. Isso significa que, no ritmo atual, para cada ponto de aumento no PIB, os gastos do governo com funcionários e manutenção da máquina avançam 1,5 ponto percentual.

A situação é insustentável, mas o governo federal não parece dar mostras de pretender tornar seus gastos mais eficientes – pelo menos enquanto a receita tributária continuar batendo recordes, como vem se verificando mês após mês. Até maio, a arrecadação da Receita Federal com tributos cresceu 12% acima da inflação em comparação com o mesmo período de 2006. As pessoas físicas pagaram 38,7% mais imposto de renda e as empresas, 17,3% a mais sobre o lucro líquido obtido.

Quem paga a conta

Como se vê, é o contribuinte e as empresas brasileiras que estão pagando a conta da farrá da ocupação de cargos promovida pelo governo petista. A carga tributária já representa o trabalho de 146 dias num ano, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. Sob Lula, o peso dos impostos tira, hoje, 13 dias a mais de salário do bolso dos cidadãos do que retirava há cinco anos.

Muito da atual expansão dos gastos com vencimentos do funcionalismo é decorrência direta da política perdulária que Lula pôs em marcha em 2006 em busca da reeleição. Os robustos reajustes no salário mínimo, por exemplo, fizeram com que as despesas com benefícios sociais aumentassem 22% no quadrimestre até abril na comparação com o mesmo período do ano passado. Pelo menos dez medidas provisórias editadas em 2006 criaram despesas extras com pessoal de R\$ 10,8 bilhões este ano e de R\$ 11,4 bilhões para 2008 – apenas no Poder Executivo.

O descontrole fiscal que o governo esforça-se por maquiar – e cuja alta desordenada nos gastos com pessoal e custeio é apenas a face mais visível – representa uma ameaça ao desenvolvimento econômico sustentado que se quer para o país. Despesas em expansão num ritmo muito acima do crescimento da economia e custeadas por tributos em alta persistente estrangulam o setor privado e tiram o fôlego dos investimentos públicos. Parece claro que a forma perdulária com que o governo Lula gere as contas públicas em benefício de uns poucos pode acabar por rifar um futuro melhor para todos os brasileiros.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.

Caso não queira voltar a recebê-la, clique [aqui](#).

Se preferir, basta responder este e-mail preenchendo o campo Assunto com a palavra "Cancelamento" e seu endereço será excluído de nossa lista.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . Cep 70165-900 . Brasília - DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . e-mail: itv@itv.org.br . site: www.itv.org.br